

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

PARAÍSO, José Murilo Montelo. José Murilo Montelo Paraíso (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 15min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**José Murilo Montelo Paraíso
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

Levantamento de dados: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Marechal Deodoro - AL - Brasil;

Data: 10/11/2005

Duração: 1h 15min

Fita cassete: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito.

Temas: Anos 1960; Combustíveis; Comício da Central (1964); Conselho Nacional do Petróleo; Exploração de petróleo; Governo João Goulart (1961-1964); Indústria petroquímica; Legislação; Monopólio; Petrobras; Petróleo; Recursos naturais; Regime militar; Universidade do Brasil;

Sumário

Entrevista: 10.11.2005

Fita 1-A: A formação acadêmica na Universidade do Brasil (UB); o trabalho na Divisão Técnica do Conselho Nacional do Petróleo (CNP); a questão do Fundo Geral de Fretes; a posse do cargo de diretor da Divisão Econômica do CNP; as atribuições da Divisão Econômica; a atuação do CNP no momento de agitação política do governo João Goulart; a questão da fiscalização na Divisão Econômica; as fontes de recurso do CNP; o planejamento dos setores do CNP.

Fita 1-B: As relações do CNP com a Petrobras; os impactos do golpe de 1964 e a deposição de João Goulart; as relações do CNP com a Petrobras na ditadura militar; a situação da indústria petroquímica no Brasil na década de 1960; a aposentadoria do entrevistado; a legislação petroquímica e a montagem dos parques; a questão do etenoduto.

Fita 2-A: Os custos geridos pela Petrobras do etenoduto; o trabalho nas empresas do setor petroquímico e a relação com o CNP; informações sobre a gestão do CNP na ditadura militar; a distinção entre petróleo e petroquímica na ditadura militar; a relação com a Petrobras durante a carreira no setor privado.

Entrevista: 10.11.2005

Sérgio Lamarão – Dr. Murilo, nós estamos aqui com o seu currículo que a Cláudia mandou ontem...

José Murilo Paraíso – A Cláudia mandou resumido.

S.L. – Mas dá para nós explorarmos. Na verdade, nós queremos trabalhar basicamente com os doze anos que o senhor esteve no Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Então, o senhor se formou em 56, no Rio de Janeiro, e no ano seguinte já estava trabalhando no CNP. Então, eu queria que o senhor falasse só um pouquinho sobre a sua formação na universidade. O senhor é alagoano, pernambucano ou o senhor é carioca?

J.P. – Não, eu sou maranhense...

S.L. – Maranhense? Ah, bom tê-lo! Eu tenho parentes...

J.P. – Mas eu fui muito criança para o Rio. Eu praticamente cheguei lá muito criança, e no Rio eu fiz o ginásio, o científico e depois eu fiz a Escola de Química.

S.L. – Pela antiga UB, a Universidade do Brasil, não é?

J.P. – É, que agora é a Universidade Federal do Rio de Janeiro. E logo que eu me formei, eu trabalhei três ou quatro meses em uma fábrica e eu fui chamado para o Conselho, e eu fui para o Conselho, primeiro como engenheiro, depois eu passei para assistente do diretor Técnico, depois diretor da Divisão Econômica e, depois, eu voltei para assistente do diretor Técnico.

S.L. – Então, vamos detalhar um pouquinho. O senhor entrou para trabalhar em que divisão e em que tipo de atividade?

J.P. – Na Divisão Técnica.

S.L. – Já na Divisão Técnica. E o senhor fazia o quê? Porque, na verdade, nós... O senhor já entrou no momento que o CNP... O senhor entrou em 57, quer dizer a Petrobras tinha três anos.

J.P. – Tinha. Era muito recente. Os ativos ainda estavam passando para a Petrobras.

S.L. – Então, o senhor podia... O senhor acompanhou bem essa passagem dos ativos?

J.P. – Não, isso já estava no fim.

S.L. – Já estava no fim o processo, não é?

J.P. – É, na verdade, eu dividiria as minhas atividades no Conselho em três fases. Numa primeira fase, que vai de 57 a 61, que é uma fase eminentemente técnica, de formar os processos, de fazer os testes em refinarias – naquela época, o Conselho fez uns testes nas refinarias para determinar a capacidade de refino delas. Porque quando saiu a Lei 2.004, tinham capacidades pré-fixadas. Por exemplo, a capacidade de Manguinhos era 10 mil barris, a refinaria de Capuava era 20 mil barris.

S.L. – As duas privadas, não é?

J.P. – É, e ainda tinha a Ipiranga, que também era agente privado.

S.L. – No Rio Grande do Sul.

J.P. – Mas elas tinham condições de operar em capacidade superior. E nessa época, o Geisel, que era coronel e que era...

S.L. – Conselheiro.

J.P. – É, conselheiro. O Geisel definiu que – numa decisão que foi do Conselho, mas

iniciativa dele – que tudo que ultrapassasse aquelas capacidades que haviam sido autorizadas pelo Conselho seriam em benefício do monopólio.

S.L. – Da Petrobras.

J.P. – Do monopólio. Então, foram feitos testes – em cada refinaria dessas eu passei praticamente seis meses – para definir qual a máxima capacidade em que seria então refinado o excedente, em benefício do monopólio.

S.L. – Nessa altura, a Petrobras já tinha Mataripe, Cubatão...

J.P. – Só.

S.L. – E aquela refinaria de Manaus? Ela entrou em operação... Daquele grupo Sabá, se não me engano.

J.P. – Sabá. Ela entrou em operação também...

S.L. – Ela entrou em operação nessa época.

J.P. – Todas entraram nessa época.

S.L. – Dessa legislação, não é?

J.P. – É. Porque a legislação dizia que todas tinham que entrar dentro do prazo que havia sido fixado pelo Conselho. Dentro do título de autorização que elas haviam ganho. Se não ficasse pronta naquele prazo, então elas já seriam do monopólio. Passariam para a Petrobras.

S.L. – Como mais tarde até passaram, não é? Com exceção da Ipiranga e de Manguinhos, a Capuava passou e essa de Manaus também passou.

J.P. – Todas passaram, por motivos diferentes. Depois a gente chega lá.

S.L. – Está certo.

J.P. – Quando a refinaria de Manaus ficou pronta, aconteceu o seguinte: os derivados, para chegar em Belém, chegavam mais caros do que os de importação na época ou... Na verdade, aquela área era toda fornecida por importação. Então, foi criado um mecanismo chamado Fundo Geral de Fretes. Já ouviu falar disso?

Regina Luz – Ouvimos ontem.

S.L. – É, ontem.

J.P. – É? Fundo Geral de Fretes de Cabotagem.

S.L. – De Cabotagem.

J.P. – Então, havia uma parcela no preço, de forma a igualar o preço de todos os derivados em todas as capitais. Esse era o Frete de Cabotagem.

S.L. – Isso foi criado no âmbito do CNP?

J.P. – No âmbito do CNP.

S.L. – No âmbito do CNP. Isso é importante.

J.P. – Foi criado no âmbito do CNP, o Fundo Geral de Fretes.

S.L. – De Cabotagem.

J.P. – De Cabotagem. Posteriormente, quando da criação de Brasília, esse frete, embora fosse ser para cabotagem, foi estendido para Brasília.

S.L. – Transporte rodoviário.

J.P. – É, mas só Brasília.

S.L. – Só Brasília.

J.P. – É, para o preço lá ser igual ao preço de todas as capitais. E depois, posteriormente, eu já estava na Divisão Econômica, foi feito um Fundo Geral de Fretes. Quer dizer, fosse onde fosse, por cabotagem ou por transporte rodoviário ou transporte ferroviário, essa parcela igualava o preço em todo o território nacional.

S.L. – Mesmo que os custos de produção fossem totalmente diferenciados, não é?

J.P. – O custo de transporte.

S.L. – Pois é, mas o preço... Qual era o objetivo disso exatamente? Teria a ver com o preço final do produto?

J.P. – O objetivo era fazer com que, em todo o país, o preço do combustível fosse igual, para haver um desenvolvimento mais harmônico. Porque, na verdade, quando você chegava no Acre e Mato Grosso, os fretes eram muito altos.

S.L. – E, no caso concreto da refinaria de Manaus, tornar essa venda competitiva até, não é?

J.P. – Não, tornar possível colocar os derivados de petróleo. Então, ele tem uma evolução: primeiro ele foi criado por causa da refinaria de Manaus, depois ele foi estendido para todas as bases de abastecimento e depois ele foi estendido para todo o território nacional.

S.L. – Essas bases de abastecimento eram geridas pela Petrobras? Quem é que...?

J.P. – Não, as bases... A supervisão era do Conselho de Petróleo.

S.L. – A supervisão era do Conselho.

J.P. – Nos termos da legislação.

S.L. – Previstos na lei.

J.P. – Agora, as bases podiam ser de Shell ou de Esso, de Texaco...

S.L. – Podia ser das distribuidoras.

J.P. – Das distribuidoras.

S.L. – E mais tarde, até da própria BR.

J.P. – Da própria BR. Então, esse Fundo Geral de Fretes teve três etapas: uma, para resolver o problema de Manguinhos...

R.L. – De Manaus.

J.P. – De Manaus. A segunda, para ter o mesmo preço em todo o litoral; depois teve uma partezinha pequenininha – isso era só para Brasília, para Brasília ter o mesmo preço do Rio de Janeiro – e depois ela foi estendida, já na época do João Goulart, a todo o território nacional. Foi na época do Meirelles já. O Meirelles como presidente do Conselho.

S.L. – Em 61. Então, isso teria sido uma das suas principais atividades durante esse primeiro momento da sua passagem pelo Conselho.

J.P. – Durante o primeiro momento foi...

S.L. – Fazer esse estudo técnico, não é?

J.P. – Durante esse primeiro momento, foi com a refinaria de Manaus; o segundo momento

foi o Frete de Cabotagem. Isso aqui demorou bastante tempo. Quando foi feito em Brasília, foi só um apêndice, uma coisa relativamente pequena. E já depois, na época do Meirelles, foi estendido isso em todo o território nacional, o mesmo preço.

S.L. – É, porque eu estava me referindo, na verdade, quando o senhor falou que o senhor dividiu a sua passagem...

J.P. – É, mas aqui, nesse...

S.L. – Aí atravessa.

J.P. – Aí atravessa.

S.L. – E o senhor trabalhou com isso um bom tempo, não é?

J.P. – É. Na verdade, eu sou engenheiro químico, mas metido a advogado e metido a economista.

S.L. – E esse segundo momento, quando o senhor se torna diretor Econômico, coincide com a posse do dr. Meirelles na presidência do CNP ou foi um pouquinho anterior?

J.P. – Não. Antes... Quando eu entrei no Conselho, era um militar que eu esqueci o nome. Ele tinha um irmão gêmeo.

S.L. – É o Alexínio Bittencourt.

J.P. – Alexínio Bittencourt.

S.L. – Era José Alberto e José Alexínio. O polêmico Alexínio.

J.P. – E aí eu nem conheci o presidente, não é? Depois, quando o Jânio Quadros é eleito, eles nomearam o professor Josaphat Marinho.

S.L. – Um baiano.

J.P. – Baiano. E o Meirelles, também baiano, era o chefe de gabinete dele. E naquela época, o chefe de gabinete substituía sempre o presidente.

S.L. – Ah! Era o substituto eventual, não é?

J.P. – É, por portaria do presidente. Na verdade, eu não conhecia o Meirelles. Eu conhecia só de vista, não é? E logo quando ele assumiu, substituindo o professor – porque o professor Josaphat saiu assim que o Jânio Quadros foi...

S.L. – Renunciou.

J.P. – Renunciou. Foi em 61 que o Jânio Quadros renunciou.

S.L. – Sim, em agosto.

J.P. – Em agosto de 61. Então, o professor ficou pouco tempo. E logo depois, o Meirelles assumiu. E, posteriormente, ele foi confirmado no cargo, eu acho que um ano e pouco tempo depois.

S.L. – Foi.

J.P. – E eu não conhecia o Meirelles. Eu nunca tinha visto ele. E mesmo quando ele era chefe de gabinete tive pouca relação com ele. Mas um belo dia eu fui surpreendido, porque o diretor de Divisão Técnica me chamou e disse: "Olha, Murilo, o Meirelles disse que você vai ser o diretor da Divisão Econômica." [riso] Eu digo: "Mas por que logo eu?" Ele disse: "Não, é porque as suas informações são precisas." Eu digo: "Está bem." E aí eu fiquei, de 61 até 64.

S.L. – Quer dizer, o senhor entrou um pouquinho depois do dr. Meirelles ter assumido a presidência. Foi uma coisa bem...

J.P. – É, uns dois ou três meses depois. Talvez até... Não, uns dois ou três meses depois. No máximo, quatro meses. Então, eu assumi lá, e fiquei lá durante... até abril de 64.

S.L. – O que a Divisão Econômica fazia?

J.P. – A Divisão Econômica tinha uma série de atribuições. Primeiro, o preço, o estabelecimento do preço. Naquela época, o preço variava muito. Você lembra, na época do Jânio Quadros, sob a injunção 204, que o dólar dobrou.

S.L. – Pela Sumoc, não é?

J.P. – É, pela Sumoc. Então, uma das atividades mais importantes do Conselho era a definição do preço. Porque o preço não é o preço final. Você tem o preço [inaudível] refinaria, você tem o preço da distribuidora, você tem o preço do posto...

R.L. – De todas as etapas, não é?

J.P. – De todas as etapas. Então, isso era uma definição. E naquela época o preço variava muito e com muita frequência. Por quê? Porque o dólar variava e porque você tinha que dar uma margem de contribuição muito grande para as refinarias, principalmente para a refinaria da Petrobras. Então, aquilo... O dólar variava, o preço do petróleo variava. E o petróleo, a maioria era importado.

S.L. – Exatamente.

J.P. – Você tinha uma certa frequência, quase mensal, de variação de preço.

S.L. – E nessa época ainda, a própria gasolina, uma parte ainda era importada, não é?

J.P. – Muito. Uma parte grande era importada.

S.L. – Porque não tínhamos a Reduc ainda. A Reduc vai ser em 60 ou 61, não é? Não é isso? Eu acho que é.

J.P. – Foi. Não, a Reduc é mais... A Reduc já foi inaugurada na época do João Goulart.

S.L. – É, em 61 ou 62.

J.P. – Então, isso era uma das atribuições da Divisão Econômica. Outra atribuição era a Superintendência do Abastecimento Nacional de Petróleo. Isso era um assunto muito complexo na época, porque é a movimentação de derivados, ou importados ou internamente. Eu diria que essas duas eram as principais atribuições da Divisão Econômica nessa época.

R.L. – E como é que era controlar tudo isso num momento de grande agitação política, e instabilidade mesmo. Quer dizer, o governo Goulart, a necessidade do parlamentarismo, queda de gabinete...

J.P. – É, na verdade, isso aí era... No global, não havia muita interferência política. Havia alguns momentos de tomada de decisão política. Um deles foi... O Geisel, quando ele ainda estava grande conselheiro, ele apresentou no Conselho – bandeou com o pessoal dele –, antes da época do Meirelles, uma série de documentações. Porque o Geisel era da Seção Dois do Exército. A Seção Dois é aquela responsável... por um tipo de informação.

S.L. – De inteligência.

J.P. – Inteligência. Então, o que ele verificou? Por exemplo, a refinaria de Capuava, ele apresentou os contratos lá, ela comprava o petróleo a 1,50 dólar mas superfaturava por 2 dólares.

S.L. – Já tinha uma diferença aí.

J.P. – Já tinha um *overprice*.

S.L. – Um *overprice*.

J.P. – E quando ele viu isso, ele disse que era um escândalo. Porque o Geisel era um sujeito extremamente íntegro.

R.L. – É, você pode divergir da atuação política dele, mas...

J.P. – Mas ele era um cara íntegro. Então, o que aconteceu, já na época do Meirelles? Foi feito o monopólio da importação de petróleo e derivados. Ora, o monopólio não pode ser feito por decreto, o monopólio só pode ser feito por lei. Então, eu me lembro, nessa ocasião, que eu fui consultar o Pontes de Miranda, que era um constitucionalista, e ele disse: "Não pode. Mas aí, põe um subterfúgio aí, põe um... chama de 'exclusividade da importação'." [riso]

S.L. – Não usa a palavra monopólio.

J.P. – Não usa. E, na verdade, esse monopólio persistiu e ninguém reclamou.

S.L. – Quer dizer, não chegou a haver uma discussão no Congresso.

J.P. – Não, não houve nada.

S.L. – Foi uma coisa que veio de dentro do Executivo, não é?

J.P. – Com esse título.

S.L. – Com esse título.

J.P. – O Meirelles deve ter essa íntegra com esse decreto. E aí foi feito para a exclusividade de importação.

S.L. – Para evitar esse tipo de procedimento.

J.P. – De malandragem.

S.L. – De manobra, não é?

J.P. – É, de manobra. Esse foi um dos... Quer dizer, isso e esses casos esporádicos que precisavam ser muito bem analisados. Um outro caso é o caso da encampação de refinarias. O Geisel queria encampar as refinarias antes, antes de Juscelino, e ele inclusive apresentou ao próprio Conselho uma minuta de decreto encampando as refinarias. Foi quando o Meirelles me chamou um dia e disse: "Murilo, nós vamos ao Palácio Guanabara." Eu digo: "Fazer o quê?" "Não, o Jango me chamou lá." Eu digo: "Então, vamos." E o Jango então pediu o decreto para encampar as refinarias.

S.L. – O Jânio?

J.P. – O Jango. Já na época do Jango. Em 64. Em princípio de 64 ou fim de 63.

S.L. – Nessa época.

J.P. – E aí foi feito um estudo no Conselho e se decidiu encampar as refinarias. Fui eu que fiz esse estudo, mas o Meirelles deve ter cópia. Eu me lembro que eu disse, foi até para o João Goulart, eu disse: "Eu não encamparia as refinarias, não, eu encamparia uma refinaria só." No caso, era uma que havia em Uruguaiana que não valia nada. Eu tinha dito para o Jango [inaudível] amiúde. "Eu encamparia uma, aí o preço cairia, e adquiria as ações na bolsa." Aí ele disse: "Não, eu já prometi para o Brizola." [risos] Eu digo: "Está bom." Então, eu fiz a minuta do decreto e o Jango me disse: "Você, dia tal, leva isso para o procurador-geral da República. Ele vai estar no Palácio Guanabara." E era o Waldir Pires. Baiano também.

S.L. – Baiano.

J.P. – Mas o Waldir incluiu só lá um artigo – eu me lembro bem disso – considerando... Quer dizer, "para a política do governo". Uma babaquice lá sem muito sentido.

S.L. – É, porque a encampação inclusive, eu tenho impressão que no comício das reformas foi uma das...

J.P. – Foi no dia 13.

S.L. – De março de 64. Mas uma decisão que já vinha amadurecendo...

J.P. – Há muito tempo. Desde a época do Geisel. Só que quando eu fiz o decreto, a minuta, eu me calquei no que o Geisel havia feito. Para tirar o meu da seringa, não é? [riso] Mas foi interessante esse fato. O Meirelles vai te dar muito subsídio. Ele até me ligou ontem, disse: "Murilo, vem *pra cá*." [risos] Eu até podia ir, mas o meu irmão está chegando amanhã de noite, fica meio complicado. Se bem que eu podia ir e voltar no avião com ele, porque ele passa em Salvador. Esse foi... Vamos dizer, naquele período na Divisão Econômica, eram os pontos mais importantes.

S.L. – E a questão da fiscalização? Porque ontem nós fizemos uma outra entrevista e... A questão dos fiscais. Uma boa parte dos empregados do CNP, dos funcionários, eram fiscais, não é? Eles estavam na sua divisão?

J.P. – Havia três tipos de fiscalização, certo? Na Divisão Técnica, a fiscalização era nos postos, para ver a qualidade dos derivados, gasolina, diesel, não é? Ainda na Divisão Técnica, havia também o controle dos estoques. Porque acontecia uma e outras. Por exemplo, saía gás liquefeito em Manaus e deixavam x toneladas em Belém, y em São Luiz e z em Fortaleza. Mas x mais y mais z sempre era menor do que o que saía de lá. Então, havia um tipo de fiscalização técnica, tanto em qualidade quanto de quantidade. Na Divisão Econômica era um pouco diferente. A Divisão Econômica fiscalizava sob outros pontos de vista que não o técnico, nem o de qualidade, nem o de quantidade. Ela concedia os títulos de autorização.

S.L. – De funcionamento dos postos?

J.P. – Dos postos, dos transportadores, das distribuidoras de gás...

S.L. – Era um universo muito amplo, não é?

J.P. – Muito amplo.

S.L. – A impressão que se tem é que o CNP nunca foi devidamente aparelhado para dar conta de atribuições tão amplas nessa área de fiscalização e regulamentação.

J.P. – É verdade. É muito difícil, porque é no país todo, não é? Como a própria ANP hoje, ela não está cumprindo todos os papéis que a lei lhe permite.

S.L. – Por falta de pessoal? Por falta de...?

J.P. – Não sei.

S.L. – E no caso do CNP? O CNP, como é que ele... Já que o senhor foi diretor da Divisão Econômica, quais eram as fontes de recursos do CNP?

J.P. – Era tudo do governo.

S.L. – Era uma dotação orçamentária?

J.P. – Uma dotação orçamentária.

S.L. – E havia uma margem de pressão? O CNP foi... Com a criação do Ministério das Minas e Energia, o CNP passa a responder ao... O superior hierárquico do presidente do CNP seria o ministro...

J.P. – O ministro de Minas e Energia.

S.L. – O ministro de Minas e Energia. E o orçamento do CNP estava dentro do orçamento do MME?

J.P. – Estava.

S.L. – Estava, não é?

J.P. – Na segunda fase estava.

S.L. – Na segunda fase.

J.P. – Depois que ele passou a ser órgão do presidente da República, eu passei para o ministério. Mas era só a dotação orçamentária.

S.L. – Quer dizer, não havia nenhuma fonte de arrecadação, nenhum imposto. Nada que... Quer dizer, tudo isso foi para a Petrobras e a...

J.P. – Não, as multas que eram aplicadas, tudo isso ia para o Tesouro Nacional. Não havia... O Conselho não usufruía desses recursos.

S.L. – Quer dizer, ele aplicava até a multa, mas a arrecadação ia direto para o Tesouro.

J.P. – Se bem que essas multas são muito difíceis de efetivar a curto prazo.

S.L. – Recurso...

J.P. – É tanto recurso e recurso que...

R.L. – E não havia nenhuma vinculação entre o valor das multas e a dotação orçamentária.

J.P. – Não, não.

R.L. – Quer dizer, não havia uma participação em nada.

J.P. – Nunca houve, nem na época que era ligado ao presidente da República. Nunca houve.

S.L. – É, porque isso realmente eu acho que enfraqueceu muito o CNP, não é? Em relação a essa falta de autonomia financeira. É uma autarquia, não é? Eu acho que, por definição, seria isso mesmo, não é? Quer dizer, uma autarquia, por lei, está muito atrelada a políticas maiores, vamos dizer assim.

J.P. – É, na verdade, o Conselho, na parte de fiscalização, eu achava aquilo um pouco ineficiente. Como é ineficiente hoje a ANP. Também é ineficiente. É muito difícil. É um tal de misturar solvente com gasolina... [risos]

S.L. – E o CNP fazia algum planejamento? Na sua divisão havia alguma atividade ligada a planejamento?

J.P. – Sim. E o planejamento era complexo porque primeiro você tinha que planejar a parte quantitativa, ou seja, o que vai ser importado, o que vai ser produzido de petróleo e tudo isso, e depois havia o planejamento de preço. Porque o preço tinha que ser de tal ordem que ainda desse caixa para os investimentos da Petrobras, e também de tal ordem que remunerasse refinarias ineficazes, como era o caso de Uruguaiana ou da Matarazzo. A refinaria Matarazzo era de mil barris por dia, Uruguaiana era de 2 mil barris por dia, Manguinhos era de 10 mil, e você tinha refinarias da Petrobras de 200 mil, não é? Então, você tinha que dar um preço, quantificar um preço para a Petrobras que não fosse muito alto, mas que não podia ser muito baixo. Porque, se fosse baixo, arrebentava com as outras.

S.L. – Com as pequenas.

J.P. – Então, era complicado isso. Eu tinha que dimensionar esses preços. Então, havia um planejamento. Todo ano havia. E que era feito **[inaudível]** contato com a Petrobras.

S.L. – Eu já ia perguntar isso, as relações do CNP, e da sua Divisão Econômica, com a Petrobras. Havia... Quer dizer, vocês se referenciavam diretamente também a setores determinados da Petrobras, não é?

J.P. – É, ao setor econômico da Petrobras, do planejamento, e ao setor comercial. Nessa época, o Sant'Anna era do setor comercial. Porque o Sant'Anna depois foi presidente do Cenpes.

S.L. – Carlos Sant'Anna?

J.P. – É. Ele era o assistente do Leopoldo Miguez de Mello.

S.L. – Leopoldo Miguez de Mello, do Cenpes. O pai do Cenpes, não é? Mas as relações eram... Como é que era? Havia uma certa tensão no ar?

J.P. – Isso era muito complexo. [riso]

[FINAL DA FITA 1-A]

R.L. – O senhor estava falando das relações com a Petrobras.

J.P. – Na época do Josaphat... Na época do Alexínio...

S.L. – Teve um outro militar, entre o Alexínio e o Josaphat.

R.L. – Poppe de Figueiredo.

S.L. – O Poppe foi antes do Alexínio.

R.L. – Foi antes?

J.P. – É, o Poppe de Figueiredo, quando eu entrei no Conselho era o Poppe de Figueiredo.

S.L. – Foi o Fleiuss, Henrique Fleiuss.

J.P. – É, da aviação.

S.L. – Da Aeronáutica.

J.P. – Henrique Fleiuss. Então, nessa época anterior, havia uma indisposição do Conselho com a Petrobras. Porque todo mundo diz, não se diz é se é verdade, que quando o Juscelino colocou lá o Alexínio Bittencourt era para acabar com o monopólio. Diziam, não é? Eu não sei se é verdade. Então, havia essa indisposição, e uma certa animosidade até. Na época do Josaphat, essa animosidade diminuiu, mesmo porque, antes do Jânio Quadros, o presidente do Conselho e o presidente da Petrobras sempre eram militares, não é?

S.L. – É.

J.P. – Então, sempre era "milico" lá.

S.L. – É, é verdade.

J.P. – Hein?

S.L. – É, eu estou pensando aqui nos nomes e é isso mesmo.

J.P. – Quando o Jânio Quadros foi eleito, ele nomeou o Josaphat, e lá para a Petrobras, se não me engano, foi o Barroso.

S.L. – Geonísio.

J.P. – Geonísio Barroso. Se não me engano.

S.L. – É sim. Exatamente. É geólogo, não é?

J.P. – Geólogo. Depois é que voltou...

S.L. – Voltaram os militares e voltaram os militares. Para os dois também.[riso]

J.P. – É, para os dois também. Então, essa foi a minha atuação, até a época do Meirelles. Quando o Meirelles saiu, eu pedi demissão do cargo de diretor.

S.L. – O senhor sofreu algum constrangimento, por ocasião da derrubada do presidente Goulart?

J.P. – Nenhum. E, por incrível que pareça, eu pedi demissão escrevendo: "Eu não trabalho com gorila." [riso] Mas foi para o Conselho o general Emílio Maurell Filho, um sujeito muito correto. E ele recebeu a minha carta...

S.L. – Ficou um hiato ali, de poder, por um tempo, não ficou?

J.P. – Ficou, quatro ou cinco meses.

S.L. – Pois é, como é que...? O senhor continuou nesse momento?

J.P. – Não, não.

S.L. – O senhor saiu imediatamente após o...

J.P. – Eu saí uns quatro ou cinco dias depois. Porque foi nomeado um sujeito lá que eu esqueci o nome, um general também. Ele chegou até a ir lá visitar, mas depois desistiu. Eu não me lembro quem era.

S.L. – É, isso o dr. Meirelles deve saber, não é?

J.P. – Deve saber. Não, não sei se sabe. Porque esse sujeito que chegou lá para visitar – naquela época dos militares, o militar chegava e tomava conta, não é? –, ele chegou lá em uns dois dias mas não tomou definição nenhuma. Aí ficou... Esse hiato não foi muito grande, não. Eu acho que foi, no máximo, um mês e meio.

S.L. – Eu acho que o Maurell assume em maio.

J.P. – Em maio, não é?

S.L. – É, deve ter sido isso, um mês e meio.

J.P. – E o marechal Maurell, quando recebeu a minha carta, mandou me chamar e disse: "Meu filho, mas que bobagem." [risos] E rasgou a carta. Rasgou. Depois me tratou muito bem, tanto ele quanto o chefe de gabinete dele, que era o general Monti. Mas o Maurell foi um sujeito...

S.L. – Quer dizer, então, o senhor acabou ficando, não é? Não no cargo, mas no Conselho, não é?

J.P. – Eu acabei ficando, até 69. E colaborei muito com o marechal Maurell na legislação da indústria petroquímica. J.P. – Vários. [risos]

J.P. – Enquanto que o general Geisel não. O general Geisel praticamente nunca esteve no Exército. Ele foi secretário da Fazenda, na Paraíba...

S.L. – Ele tem uma experiência em refinaria também, lá em Duque de Caxias, não é?

J.P. – Ele foi superintendente da refinaria de Cubatão.

S.L. – É, de Cubatão.

J.P. – Eu o conheci na refinaria de Cubatão.

S.L. – Mas com a chegada dos militares, quer dizer, eles voltam para o CNP, e essas divisões também foram também ocupadas por militares? O seu substituto, por exemplo, foi também um militar?

J.P. – Não, não foram. Só era militar o presidente...

S.L. – E o chefe de gabinete.

J.P. – ...e o chefe de gabinete.

S.L. – Por conta daquela questão, não é?

J.P. – É, porque um substituía o outro. Então, era tudo... Um era marechal e o outro era general.

S.L. – E as relações entre Petrobras e CNP, nesse momento...?

J.P. – Na época...

S.L. – Foram harmonizadas, digamos assim?

J.P. – Não, antes, na época do Meirelles, elas foram harmonizadas. Porque o presidente João Goulart, numa fictícia tendência para a esquerda, porque o João Goulart de esquerdista não tinha nada, e a Petrobras também, porque dona do monopólio, então aí as coisas foram mais ou menos... Caminhavam no mesmo sentido. E na época dos militares também.

S.L. – Era outro sentido mas os dois caminhavam...

J.P. – Não, não chegava a ser no outro sentido.

S.L. – Então, vamos falar um pouquinho sobre isso.

J.P. – Não chegava a ser em outro [sentido] porque a Petrobras nasceu de um movimento militar. E militar, tirando uns e outros, todo mundo caminha no mesmo sentido, não é? Tanto você vê que os diretores da Petrobras no Conselho, até a época do Jânio Quadros, todo mundo era militar. E no regime militar também. No Conselho, foi o marechal Maurell, depois

foi o Araken... não, depois foi o Levi Cardoso...

S.L. – Waldemar Levi Cardoso.

J.P. – Depois é o Araken.

S.L. – Foi quando o senhor saiu do CNP, foi na gestão do Araken.

J.P. – Em 69... É, foi no Araken.

S.L. – O CNP funcionava ainda no Rio?

J.P. – Funcionava no Rio.

S.L. – Quando que mudou para Brasília, o senhor sabe? Já se falava nessa mudança para Brasília?

J.P. – Falava-se muito na mudança.

S.L. – Falava-se muito, não é?

J.P. – É, mas a mudança já foi em meados de 70.

S.L. – Nos anos 70, não é? E essa questão da indústria petroquímica? Havia grupos de trabalho dentro do CNP? Porque eu li em algum lugar que essa questão da petroquímica já é uma preocupação no CNP desde os anos 50. E que a própria refinaria de Cubatão já tinha aquela fábrica de fertilizantes, não é?

J.P. – Isso aí, quem sabe bem dessa parte é o Perroni. Porque, na verdade, o Leopoldo Miguez de Mello é que foi o cara que idealizou.

S.L. – Mas no seu período a petroquímica, no Brasil, ela ganha um outro patamar, não é? Foi

um momento que... a refinaria União, o Grupo União-Unipar, em São Paulo.

J.P. – Primeiro, houve um problema legal. Porque quando você fala "derivado de petróleo", aí pode ser tudo, até a sua camisa. Mas o que ocorreu efetivamente? Você tem que ter um histórico de como o petróleo evoluiu no país. Na verdade, quando veio aquele decreto, esse primeiro, que criou o Conselho de Petróleo... Por que ele foi criado? Porque havia o problema... tudo era importado, não é? Havia uma tensão, tanto que resultou a guerra logo depois. Então, ele criou... Tanto que a lei que o criou – eu tenho até ela aí...

S.L. – A Lei 395 de 38.

J.P. – A Lei 395. É, o Decreto-Lei 395. Então, havia essa tensão, havia a ameaça de racionamento de gasolina. Então, por esse motivo é que começa a ingerência do Executivo no setor de petróleo, com o general Horta Barbosa. E depois começou a confusão. Porque quando foi instituído o edital, nesses decretos – esse que criou o Conselho e, depois, vários outros que disciplinavam a matéria –, o Poder Executivo queria falar de combustíveis, a gasolina, o diesel, o óleo combustível, o querosene de aviação. Essas coisas. Mas existe uma série de produtos, como o eteno, buteno, butadieno, aromáticos e tudo, que não se destinam como combustíveis. Logo, não tinha a mínima... não era objetivo do Poder Executivo, nem do Poder Legislativo, que isso fosse monopólio da União. Então, havia que fazer uma distinção entre o que era combustível e o que era produto básico da indústria petroquímica. Então, isso foi um trabalho muito demorado, para você definir com relativa propriedade o que é um e o que era o outro.

S.L. – Quer dizer, se eu entendi bem, todos os combustíveis são derivados de petróleo – não estou falando do álcool, naturalmente – mas nem todos os derivados são combustíveis. É isso, mais ou menos? Quer dizer, esse eteno o que... é derivado do petróleo?

J.P. – Sim.

S.L. – Mas não é combustível. São produtos que vão contribuir de uma forma decisiva para a petroquímica.

J.P. – Sim, o eteno e a maioria dos plásticos você faz... Aqui mesmo nós temos uma fábrica de PVC que faz eteno... Faz não, que compra eteno feito em Camaçari. O propeno também e aromáticos também. Hoje, você tem três centrais petroquímicas: você tem a central petroquímica da PQU...

S.L. – A União, em São Paulo.

J.P. – A União. Você tem a de Camaçari e você tem a Copesul.

S.L. – Em Triunfo, não é?.

J.P. – Em Triunfo. Então, separar isso foi um trabalho muito complicado.

S.L. – E nos anos 60, depois do afastamento do dr. Meirelles...

J.P. – Na revolução. Durante a revolução, no início.

S.L. – É, em 64, o senhor... Porque o primeiro pólo petroquímico é exatamente no final dos anos 60, quando ele se implanta realmente. O senhor ficou... Nessa segunda metade dos anos 60, o senhor continuou no CNP...

J.P. – Até 69.

S.L. – Trabalhando com os militares.

J.P. – Mas independente. Quando eu saí, em 69, quando eu resolvi ir à Rússia, eles não gostaram. Não têm nada com isso, porra!

S.L. – O senhor resolveu ir à Rússia.

J.P. – Não, eu estava no Japão, e lá eu digo: "Eu vou para a Rússia agora." Peguei um avião...

S.L. – E foi.

J.P. – E fui. Mas fui numa boa. Eu cheguei lá e fui visitar o pessoal da embaixada e tudo. Quando eu cheguei aqui no aeroporto, a fila não andava. Aí, quando eu cheguei, disseram: "É esse!" [risos] Para conversar comigo. Conversaram quatro horas, mas ninguém me incomodou.

S.L. – Era governo Médici.

J.P. – Pois é, isso é forte. Mas não incomodaram também, não.

S.L. – Mas o senhor não gostou, não é? Resolveu sair. Quer dizer, tem uma relação...

J.P. – Não, eu resolvi me aposentar naquela época.

S.L. – Mas muito jovem, não é?

J.P. – Sim, mas havia um negócio, quem quisesse se aposentar...

S.L. – Se aposentar com doze anos de...?

J.P. – Mas proporcional.

S.L. – Sim. Mesmo assim...

J.P. – Mas eu ainda sou aposentado do Conselho.

S.L. – Ainda é aposentado do Conselho. O senhor nasceu em que ano?

J.P. – Em 34.

S.L. – Tinha, nessa ocasião, 35 anos, não é?

R.L. – Nossa! Muito novo.

J.P. – Mas a revolução dava essa chance, de você se aposentar. Ou ela aposentava ou você pedia para ser aposentado. E aí eu pedi para ser aposentado e entrei na petroquímica.

S.L. – E essa bagagem, porque o senhor levou uma bagagem para a iniciativa privada. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho mais dessa sua atividade nesse... O senhor falou que, essa legislação petroquímica, o senhor elaborou decretos. Vamos trabalhar um pouquinho mais com esse assunto. Porque a impressão que eu tenho é que a montagem desse parque petroquímico foi nesse momento.

J.P. – Foi, foi nesse momento. Foi nesse momento. Inclusive, nós começamos, na Bahia, antes da Copene existir. Então, o que é essa legislação? Nós separamos de um lado o que era combustíveis... Porque os combustíveis... Qual é a sua formação? Você é economista, não é?

S.L. – Não, nós somos historiadores.

J.P. – Historiadores?

S.L. – Eu, mais para a área de história econômica, mais... Mas vamos lá.

J.P. – Os combustíveis são, na verdade, uma mistura de vários produtos. Por exemplo: a gasolina é uma mistura de C5, C6, C7, C8, C9, C10 – esse C que eu estou falando é de carbono. Então, todos os combustíveis são assim, a gasolina, o próprio gás liquefeito é uma mistura, o querosene é uma mistura. Agora, você pode tirar produtos. Por exemplo, o eteno não é uma mistura, é um produto puro. E esse produto, você vai e obtém plásticos. Você tem propeno, que é outro produto puro, aí você vai e obtém uma série de derivados. Com os aromáticos é a mesma coisa. Então, estes produtos que são puros, que não são misturas combustíveis e que têm o preço muito mais elevado do que esses aqui, porque eles são separados, esses produtos é que são os derivados básicos da indústria petroquímica, que

foram definidos pelo Conselho do Petróleo, inicialmente, depois foram definidos na lei que criou a Petroquisa e depois eles foram novamente definidos pelo Conselho.

S.L. – Já estamos nos anos 70, não é? Não é isso?

J.P. – Já. Não, a legislação é da década de 60.

S.L. – A legislação, mas a Petroquisa, eu acho que é ela criada em 72, se não me engano.

J.P. – Não sei. Eu estou com isso na cabeça porque eu estou preparando aqui... A que criou a Petroquisa...

[PAUSA]

S.L. – É uma legislação aí, não é?

J.P. – É porque eu estou fazendo um recurso, por isso eu fui buscar a legislação toda. Porque é uma das confusões dessa época.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.P. – Eu acho que é um pouquinho anterior. Eu acho que é de 67. Eu vou ver aí.

S.L. – É, porque essa história é uma história complicada, nós até temos a informação, porque, na verdade, não era monopólio, não é? A petroquímica não tinha sido...

R.L. – Tinha sido esquecida, não é?

S.L. – É, porque inclusive ela se desenvolve muito é nos anos 50 mesmo, em escala mundial. A petroquímica ainda é muito jovem nessa época, não é? Então, tem isso também, essa dimensão tecnológica. Era uma coisa que, mesmo em escala mundial, ainda estava, não engatinhando exatamente mas... O Estados Unidos tinham quase o... Nos anos 50, a indústria

petroquímica estava quase toda concentrada no Estados Unidos. Depois é que...

J.P. – Depois começou a se diversificar, principalmente no Japão e...

S.L. – E na Europa, não é?

J.P. – Agora, essa legislação toda eu ainda tenho aí. Porque, por exemplo, esse papel que eu lhe mostrei é uma das confusões. Existe um etenoduto...

S.L. – Etenoduto?

J.P. – É, um etenoduto que traz o produto de Camaçari até aqui.

S.L. – Ah, é!?

J.P. – É.

S.L. – Quilômetros e quilômetros, não é?

J.P. – São 490 quilômetros de etenoduto. E na época foi criado um Consórcio Etenoduto, que era a Salgema, CPC, [inaudível]... Basicamente são...

S.L. – Tudo empresa privada. Não tinha nada da Petrobras no meio.

J.P. – Não. Mas, ao fazerem o etenoduto, o Conselho, como interveniente, assinou um contrato em que, decorrido... que esse etonoduto pertencia à Petrobras, como se derivado de petróleo fosse. E esse troço está rondando ainda até hoje.

S.L. – Foi quando isso? Esse etenoduto é de quando?

J.P. – É de oitenta e... de 86. É de 86.

S.L. – Quer dizer, o CNP opinou...

J.P. – Opinou e foi interveniente.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

J.P. – ...contrato.

S.L. – Em 89.

J.P. – Em 89. É, foi em 89. O que diz esse contrato? [lendo] "Que o conveniente reconhece" – conveniente é o Consórcio – "que o conduto [**inaudível**] ao presente convênio, por força da Legislação Especial do Petróleo, particularmente o Artigo 177 da Constituição da República e os artigos tal e tal, é de propriedade exclusiva da Petrobras."

S.L. – E essa legislação existe, dizendo isso?

J.P. – Não, está errado. Não, é ao contrário.

Participante – Não é essa a relação?

J.P. – É, mas qual foi a que criou a Petrobras?

S.L. – Que criou a Petroquisa, não é?

J.P. – A Petroquisa. É um desses decretos. Deve ser em 67. Anexo 13.

[PAUSA]

J.P. – É, em 67, como eu disse. Eu ainda estava lá. [lendo] "Estabelece condições para a exploração do parque petroquímico no país e autoriza a criação da subsidiária da Petrobras S.A."

S.L. – É o Decreto 61.981 de 28 de dezembro de 1967. É o decreto que cria a Petroquisa.

J.P. – Esse mesmo decreto...

[PAUSA]

J.P. – Aqui diz: Entende-se por indústria petroquímica isso, isso e isso, e diz que o eteno não é derivado do petróleo, sujeito a monopólio.

S.L. – O conteúdo desse decreto é importante. É muito importante. Discrimina o que é o que, não é?

J.P. – E tem mais. Depois tem um outro decreto...

[PAUSA]

J.P. – Porque aí o Conselho logo depois define.

S.L. – É, porque para nós é importante saber...

J.P. – [lendo] "São consideradas matérias-primas da indústria petroquímica: gases, nafta e gásóleo e resíduos de outras ações similares, provenientes de processamento de petróleo e óleo de xisto." Ou seja, os combustíveis. "São considerados produtos básicos da indústria petroquímica: eteno..." Isso é a resolução do Conselho que disciplina...

S.L. – Ah, isso é uma resolução...

[FINAL DA FITA 1-B]

R.L. – ...disseram: "Não é. Não é. Não é." Tanto que eu estou indo a São Paulo...

S.L. – É, o senhor comentou que ia a São Paulo.

J.P. – Eu marquei uma conversa com um advogado nosso que está tratando disso. Se bem que no Rio, o Perroni na época, quando eu alertei isso... Porque isso aqui eu alertei na mesma época, em 89. Tem o seguinte: existe essa tubulação, esse etenoduto, que vem de Camaçari até aqui e é do consórcio.

S.L. – Foi construída e é operada pelo consórcio.

J.P. – É, mas é de propriedade da Petrobras. E agora... Durante 15 anos eles podiam usar sem pagar nada, mas a partir do ano que vem, de 2007, a Petrobras pode passar a cobrar. E ela pode cobrar por transporte em tubulação até 80% do preço do frete rodoviário. Isso é uma portaria interministerial. Então, o preço máximo que ela pode cobrar é esse. Ora, mas o transporte por duto, hoje, custa para o Braskem coisa de 25 dólares, e o frete rodoviário custa 250 dólares. Se a Petrobras for cobrar, vai cobrar 200 dólares, no mínimo. Então, o assunto está ficando um pouco grave. Mas a gente alerta isso, como eu alertei, em 89. Porque a tubulação que vai daqui até a Salgema, essa não é do...

S.L. – Do consórcio.

J.P. – Não é do consórcio. Essa é da Cinal. Então, quando a Cinal fez o dela, o diretor-superintendente, que na época era o Marquinhos, disse: "Olha, precisa assinar o convênio com a Petrobras." Eu perguntei para ele: "Que convênio?" "Não, doando." Eu digo: "Doando porra nenhuma, Marquinhos! Tem que doar o quê? Eteno não é sujeito a monopólio. Quer ver, vamos consultar o Departamento Nacional de Combustíveis."

S.L. – Na época era o DNC, não é?

J.P. – Aí, consultamos e o Departamento disse: "Não, não é." Mas o Conselho foi interveniente nesse contrato, em 86... em 89, na época do Oziel.

S.L. – Em 89, era o general Roberto França.

J.P. – Não, do DNC.

S.L. – No CNP era o...

J.P. – Não, era o CNP, não é?

R.L. – Era o general França.

S.L. – Era o general França.

J.P. – Não, nessa época aqui... Deixa eu ver em que ano é isso.

S.L. – O Oziel fica até 85.

J.P. – Você tem certeza?

S.L. – Tenho.

J.P. – Você está mais por dentro disso.

S.L. – O Oziel fica dez anos, de 75 a 85. Quando acaba o regime militar, vem um outro militar.

J.P. – "Conselho Nacional do Petróleo." De quem é essa assinatura? Qual é o nome que você fala, em 89?

S.L. – Roberto França. Roberto França Domingues.

J.P. – Ah, Domingues! Está certo.

S.L. – Está aqui: Domingues.

J.P. – Também é general, não é?

R.L. – Também é.

S.L. – É, também é general.

J.P. – É, general Domingues. É isso mesmo, general Domingues. É por isso que eu fiquei com essa legislação mais ou menos na cabeça, não é?

S.L. – Depois que o senhor saiu do CNP, o senhor começa a trabalhar em várias empresas do setor petroquímico, o senhor continua mantendo algum tipo de relação com o CNP, algum tipo de contato, por necessidade dos seus novos trabalhos?

J.P. – Com a ANP.

S.L. – Não, com o... Eu estou me referindo ainda ao período do CNP. Quando o senhor vai para Metacril, por exemplo, em 69. O senhor sai do CNP, em 69, e vai trabalhar na indústria petroquímica, no setor privado.

J.P. – Foi.

S.L. – O senhor teve necessidade de ter algum tipo de...

J.P. – Ocasionalmente.

S.L. – Ocasionalmente.

J.P. – Porque todas essas empresas precisavam ter autorização do Conselho, nos termos da legislação. Ali, naquela época, havia vários... havia o Geiquim...

S.L. – Geiquim, o Grupo Executivo, não é?

J.P. – ...havia o Conselho de Petróleo, havia o Conselho de Política Aduaneira, que a gente pedia a isenção...

S.L. – De impostos?

J.P. – ...dos impostos da importação. Ou então pedia a redução... aumento da alíquota. Nós geralmente pedíamos redução da matéria-prima e elevação da alíquota do produto final.

S.L. – Do produto final. É assim que, no geral, a indústria brasileira sempre atua, não é?

J.P. – Naquela época, era assim. A Rhodia, que chegou a ser uma das maiores empresas petroquímicas e químicas do mundo, ela, no Brasil, entrou com um milhão de dólares. Foi todo o dinheiro que ela entrou no país. Agora, ela pedia redução da importação da matéria-prima e aumento [inaudível] elevação do produto. E no final ela estava com não sei quantos milhões de dólares, só da diferença.

S.L. – Só trabalhando assim, não é?

J.P. – Trabalhando assim. Então, era assim que se trabalhava na época.

S.L. – A Rhodia é a Rhône-Poulenc, que é a francesa, não é?

J.P. – A Rhône-Poulenc. Eu vou separar essa legislação toda, se lhe interessar.

S.L. – É, essa legislação petroquímica é interessante. Nós temos alguma coisa – não é, Regina? – mas não temos essa... Isso vai ser importante... O CNP, nesse... Porque nós dividimos essa história, tem aqueles capítulos iniciais, que vem desde o Império, a legislação sobre concessão de exploração de minas de betume, de xisto betuminoso, desde os anos 50 do século XIX. Isso vem até... pega a Primeira República e vem até o período que antecede imediatamente a criação do CNP. Isso é um grande capítulo que nós já temos o texto mais ou menos pronto. Depois nós temos o segundo capítulo, que é a criação do CNP, a gestão Horta

Barbosa; o terceiro capítulo, que é a gestão João Carlos Barreto; o quarto capítulo, que é da criação da Petrobras até o início do regime militar, e nós temos um grande... o capítulo que a nossa pesquisadora está escrevendo agora, que é exatamente o período militar. São os... É uma coincidência, são os 21 anos do regime militar. E nós estamos com dificuldade de ter informações mais concretas. O que nós tínhamos...

J.P. – Durante o regime militar ou...

S.L. – Não, esses 21 anos, que vão de 64 a 85, que corresponde desde o Maurell até o Oziel. O Oziel fica dez anos, não é? É uma era Oziel lá no CNP.

J.P. – Eu não peguei o Oziel.

S.L. – O senhor sai no Araken, não é?

J.P. – No Araken.

S.L. – Depois do Araken, realmente eu não me lembro assim, de cabeça, quem é que veio. Mas, enfim, é...

J.P. – Depois do Araken, ficou uma confusão, não é? Eu sei que chegou a ser presidente o... o que foi diretor Técnico do Conselho, depois foi o Penchel...

S.L. – Laerte Penchel.

J.P. – Laerte Penchel.

S.L. – Mas ele aparece como interino. Alguém comentou que...

J.P. – Não, ele foi interino e depois ele foi...

R.L. – Efetivado.

J.P. – Efetivado.

S.L. – Porque na galeria de presidentes do CNP não tem o retrato dele. Alguém comentou, eu não sei se foi o Marcelo, ou uma das meninas, uma das estagiárias.

R.L. – É, eu acho que foi uma das estagiárias.

S.L. – Não tem o retrato do Penchel, que era civil. Aí realmente é uma questão, é um detalhe, mas é um detalhe até importante para a história administrativa do CNP, não é?

J.P. – Teve antes. Teve um que também foi diretor...

S.L. – O Penchel, se não me engano, é quem antecede o Oziel.

J.P. – É.

S.L. – É quem antecede o Oziel. Agora, entre o Araken e o Penchel... Nós temos tudo isso lá. Isso nós temos, essa sucessão toda. Mas o que está faltando...

J.P. – Eu acho que o Albino Silva foi diretor.

S.L. – Albino Silva, ele foi presidente da Petrobras.

J.P. – Albino de Souza.

S.L. – É isso aí nós... Mas está faltando é conteúdo mesmo, não é? Ontem nós entrevistamos a primeira diretora do DNC, a Maria Auxiliadora Jacobina. Então, ela deu uma entrevista que já deu para situar o que é o DNC; já entrevistamos o general Roberto Domingues, em Brasília...

J.P. – Ele é vivo ainda?

S.L. – É, está com oitenta e...

R.L. – Com 85 ou 84.

S.L. – Está bem.

J.P. – E o marechal Levi Cardoso?

S.L. – Morreu. Morreu recentemente.

J.P. – Então morreu há pouco tempo porque ele fez 100 anos outro dia, teve até uma festa.

S.L. – Ele morreu há muito pouco tempo. Com 100 anos, exatamente.

R.L. – Cento e alguma coisa, não é?

S.L. – É, mais de cem. Quer dizer, na verdade, a lacuna que mais nos preocupa é esse capítulo, que seria o capítulo 5, que é um período longo, em termos cronológicos, ele cobre 21 anos, e nós estamos com dificuldade realmente de dar conta. Porque a impressão que nós temos é que o... De alguma maneira, eu pessoalmente estou até desfazendo um pouco. Eu tinha uma imagem do CNP com menos importância do que ele teve. Quer dizer, o CNP, mesmo após a fundação da Petrobras, ele continua tendo. Essa coisa de fixação de preço é uma coisa muito importante. E isso ele teve sempre, e a ANP tem até hoje, não é?

J.P. – E também o abastecimento.

S.L. – É, e a questão do abastecimento. É, são esses dois itens que nós precisamos dar mais, vamos dizer, "sustância", não é, Regina?

J.P. – E eu acho também que no regime militar foi importante essa divisão entre petróleo e... o que era petróleo e o que era petroquímica.

S.L. – E isso é um elemento importante para esse período que eu estou me referindo.

J.P. – É.

S.L. – Foi nesse momento que surgiu essa distinção, não é?

J.P. – É, porque antes era uma confusão que não tinha tamanho. E porque, historicamente, o monopólio foi feito referentemente ao combustível.

S.L. – Ao derivado combustível.

J.P. – O combustível. Eu até escrevi aqui...

[PAUSA]

S.L. – O senhor tem esse material todo em arquivo, não é?

J.P. – Não, eu...

S.L. – Em arquivo que eu digo, de computador.

J.P. – Tenho. Essa legislação, eu tenho. Eu não sei se tem tudo, porque essas resoluções do Conselho, essas aqui não têm.

S.L. – Não tem, não é?

J.P. – Não. É muito antigo.

S.L. – Mas o dr. Perroni falou alguma coisa sobre esse assunto.

J.P. – Sobre?

S.L. – Sobre esse assunto da petroquímica.

J.P. – É, o Perroni sabe bem isso.

S.L. – Porque, como ele saiu... Ele nunca foi do CNP exatamente, não é?

J.P. – Não, não. Ele sempre foi da Petrobras.

S.L. – Sempre foi da Petrobras. Mas ele trabalhou muito nessa linha da petroquímica. Depois ele vem ser uma figura importante nessa área, não é?

J.P. – Foi, foi.

S.L. – Mas é isso, não é, Regina? Nós podemos encerrar, não é?

R.L. – Eu acho que sim.

S.L. – E depois nós...

J.P. – Nessa parte do... nesse tempo do regime militar, eu só tenho conhecimento até 69. Depois eu me desliguei.

S.L. – E, eventualmente, o senhor se reportava...

J.P. – Mas isso assim, uma vez por ano ou duas vezes por ano. E mesmo com a Petrobras, depois o Araken foi para a Petrobras, aí eu... Às vezes, eu precisava de alguma coisa da Petrobras e eu ia conversar com ele.

S.L. – Com ele, não é?

J.P. – No tempo do general Geisel também. Porque esses produtos, metanol, metacrilato de

metila, que era a Metacril, isso tudo é derivado do gás natural. Então nós precisávamos assinar contratos com a Petrobras, de atribuição.

S.L. – Aí não passava pelo CNP. Esses contratos não tinham nenhuma relação com o CNP.

J.P. – Não, esses contratos eram direto...

S.L. – Não precisava da intervenção do CNP.

J.P. – Não, eram direto com a Petrobras. E mesmo na Metacril, no tempo do general Geisel – eu já conhecia ele do tempo do Conselho, porque ele tinha sido conselheiro... Embora nós divergíssemos muito. [risos]

S.L. – Mas o senhor participava das reuniões do Conselho? Como ouvinte, não é?

J.P. – É, porque ali tinha um anfiteatro e tinha uma mesa grande...

S.L. – A tal mesa em ferradura? Quem falou da mesa?

J.P. – Não, lá era uma mesa...

S.L. – Foi a Auxiliadora, não é?

J.P. – Era uma mesa aqui, e depois tinha um...

S.L. – Um plenáriozinho.

J.P. – Um auditório.

S.L. – Um auditoriozinho. O senhor ficava ali no auditório.

J.P. – No auditório. Eu ficava às vezes. Eu não ia sempre, não. Na época do Meirelles é que

eu ia. Pediam: [inaudível]

S.L. – É, o senhor era o diretor Econômico, não é?

J.P. – No final, as coisas começaram a ficar tensas, não é? O Lacerda de um lado, o Jango do outro. Uma zona. Quantos anos você tem?

S.L. – Eu tenho 52.

J.P. – Então você era uma criança, na época.

S.L. – É, eu era criança.

J.P. – A senhora não era nem nascida.

R.L. – Já. Eu tenho 50 anos.

J.P. – É? Depois, se eu tiver mais algum subsídio... Agora eu entendi o que vocês estão pensando.

S.L. – Vamos então encerrar, não é, Regina? Vamos encerrar.

J.P. – Depois eu vou te mandar a legislação, essa que eu tenho. Essa legislação, que é já do período militar, que separa...

S.L. – Os combustíveis dos...

J.P. – A legislação anterior, durante o regime do João Goulart, essa parte...

S.L. – Isso nós vamos ver amanhã, com o dr. Meirelles.

J.P. – Com o Meirelles. Eu, para te falar sinceramente, quando começou a revolução assim,

eu digo: "Eu vou jogar essa merda toda fora." [risos] Esse regime foi muito perigoso, não é? E eu não sofri nada porque o general Maurell era um amor. [risos] Ele não era de briga.

R.L. – Nós queríamos agradecer ao senhor.

J.P. – Eu é que agradeço a vocês.

S.L. – Muito obrigado.

R.L. – Muito obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]